



# Estudo indica fraude no corte de árvore no PA

Planos de manejo registram 2,5 vezes mais espécies valiosas do que realmente há no local

*Giovana Girardi*

Na Amazônia paraense, planos de manejo para exploração de madeira registraram, em média, 2,5 vezes mais espécies valiosas, como o ipê, do que de fato há no local. A possível fraude foi rastreada em estudo que avaliou mais de 400 documentos do tipo e trouxe indicativos de um esquema para “esquentar” madeira retirada ilegalmente.

A artimanha – adotada em processos de licenciamento de exploração de madeira no Pará e que ameaça a árvore mais valiosa explorada hoje na Amazônia – foi revelada em estudo publicado por pesquisadores da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ) da Universidade de São Paulo (USP), da Federal de São Carlos (UFSCar) e da Universidade Estadual do Oregon (EUA) na revista *Science Advances*.

O grupo cruzou volumes de madeira apresentados em 427 planos de manejo apresentados de 2012 a 2017 no Estado com volumes estimados de madeira no inventário nacional de florestas (Radam). Quanto maior o valor da madeira, maior a discrepância entre os dois. “O trabalho em si não demonstra a fraude, é preciso ter investigação de

campo”, explica Pedro Brancalion, da USP, principal autor do trabalho. “Mas encontramos sinal claro que pode estar ocorrendo inflação do volume das espécies mais valiosas para ‘esquentar’ um corte de madeira que, na verdade, é ilegal (*em terras indígenas, por exemplo*).”

Os pesquisadores acompanharam investigação de campo do Ibama em seis locais que tinham recebido aval da Secretaria de Meio Ambiente do Pará e apresentavam discrepância. Segundo os planos de manejo, a concentração de ipês ali era de mais de 4 m<sup>3</sup> por hectare, quando o Radam indicava 0,7 m<sup>3</sup>/ha.

Na checagem de campo, viu-se que só 61% das 152 árvores identificadas nos planos como ipês de fato eram da espécie. “Erros” de identificação botânica chegaram a ser de 93,3% em um local – 13 outras espécies comerciais (como jaranas e timboranas), mas de menor valor, eram identificadas como ipês.

O problema leva à concorrência desleal com quem explora madeira na legalidade. “Quem comete a fraude vende num preço muito menor. Não tem condições de avançar porque a competição é cruel”, diz Edson Vidal, também da USP. Procurada, a pasta de Meio Ambiente do Pará não se manifestou.

